

## A RAÇA EM REVISTA: UM GUIA DE ARTIGOS COMENTADOS SOBRE A QUESTÃO RACIAL NAS REVISTAS DO IHGB (1870-1902)

*RACE IN REVIEW: A GUIDE TO COMMENTED ARTICLES ABOUT RACE IN IHGB  
JOURNALS (1870-1902)*

Luis Fernando Tosta Barbato\*

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo trazer um guia comentado dos artigos publicados nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) sobre a questão racial, entre os anos de 1870, período no qual as teorias do racismo científico chegaram ao Brasil, e 1902, ano da publicação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, marco da questão racial no país. Esse guia irá contribuir para os estudiosos da questão racial no século XIX, bem como àqueles interessados nos estudos acerca do IHGB, um dos mais importantes periódicos do Brasil oitocentistas, fornecendo uma série de artigos comentados que versam sobre o tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Raça. IHGB. Pensamento Social Brasileiro.

**ABSTRACT:** This article aims to bring a guide commented of the articles published in Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) about race, between the years 1870, during which time the theories of scientific racism arrived in Brazil, and 1902, year of publication of *Os Sertões*, Euclides da Cunha, mark of race question in Brazil. This guide will help the researchers of race in the nineteenth century as well as those interested in studies about IHGB, one of the most important journals of nineteenth-century in Brazil, providing a series of commented articles that deal with the topic.

**KEYWORDS:** Race. IHGB. Brazilian Social Thought.

### *Introdução*

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – o IHGB – surgiu em 1838 com um objetivo no Brasil do século XIX: “deveria ministrar grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros” (GUIMARÃES,

---

\* Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp. Artigo enviado em: 08/01/2014 e aceito para publicação em: 16/05/2014. E-mail: [lfbarbato@gmail.com](mailto:lfbarbato@gmail.com)

1995, p. 473). Imerso em uma situação no qual a fragmentação política era algo visível e palpável, o Governo Imperial precisava de elementos que levassem à união e a uma identidade nacional comum a todos os brasileiros, espalhados por um país deveras grande e mal comunicado (BARBATO, 2011, p. 05-20). O IHGB surge então como um aliado de peso nessa missão do Governo Imperial, e seus membros acabaram por se tornarem os principais agentes na construção de uma história oficial para o Brasil oitocentista.

E na busca por essa identidade nacional, a questão racial acaba por se tornar um dos elementos centrais dessa empreitada, tanto que no concurso promovido pelo grêmio carioca em 1840, para premiar o trabalho que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil, o vencedor foi o cientista alemão, ocupado de assuntos brasileiros, Karl Friedrich von Martius.

Em sua monografia (MARTIUS, 1865), Martius confere ao Brasil um papel bastante singular enquanto nação: realizar a ideia da mestiçagem das três raças, lançando os alicerces para a construção do mito da democracia racial (GUIMARÃES, 1988, p. 17). Dentro deste contexto racial, o Brasil encontrava-se em uma situação *sui generis* no mundo: era palco da miscigenação entre as três raças. Cabia então ao Brasil o papel de aperfeiçoar essas raças – através do branqueamento de sua população e a civilização do indígena – para o desenvolvimento da nação.

Assim, notamos que a raça ocupou posição central no projeto nacional empreendido pelo IHGB e apoiado pelo Governo Imperial, e assim, foi elemento presente nas publicações do instituto. O que buscamos aqui, é trazer como cada uma dos elementos raciais<sup>34</sup> apareceram nos artigos das Revistas do IHGB, elencando e comentando os principais artigos relacionados aos negros, indígenas, e mestiços do Brasil do século XIX.

Vale ressaltar que o ano de 1870 é considerado um marco na história das ideias no Brasil, pois um discurso evolucionista e determinista penetra no país como um novo argumento para explicar as diferenças internas. Até então, o Brasil era considerado um objeto de estudo dos teóricos, devido à sua composição populacional, sendo daqueles a

---

<sup>34</sup> Trataremos do indígena, do negro e do mestiço. O homem branco não possui aqui uma seção dedicada a ele, como nos outros casos, porque ele não aparece de maneira isolada nos artigos do instituto, aparecendo sempre de maneira comparativa nos artigos que tratam das demais raças.

raça um objeto das explicações. A partir dos anos de 1870, com a chegada dessas novas ideias, o país passa a ser o sujeito das explicações, ao mesmo tempo em que se faziam das diferenças sociais variações raciais. A partir de então, era a ciência que reconhecia as diferenças e determinava as inferioridades (SCHWARCZ, 1993, p. 28).

Na Europa do século XIX surgiram teorias científicas que classificavam os homens de acordo com sua raça, essas teorias eram representadas principalmente pelo evolucionismo-social, o positivismo, o naturalismo e o social-darwinismo, originalmente popularizados para fomentar as práticas imperialistas das potências europeias. Os intelectuais e cientistas brasileiros abraçam tais ideias e baseados nelas começam a planejar os destinos da nação.

Segundo tais teorias, o negro, o indígena e o mestiço, que apesar de não ser considerado uma raça, também era considerado nessas teorias raciais, representavam um atraso para o desenvolvimento da nação, pois se encontravam em patamares inferiores em uma escala evolutiva da humanidade. E ao observar o Brasil sob essa ótica, seu futuro parecia algo aterrador, pois os censos indicavam um predomínio das raças consideradas degeneradas em relação aos brancos. No censo demográfico de 1890, por exemplo, há uma percentagem de 44% de brancos, sendo o restante de negros e mulatos. É interessante observar também que os indígenas não entraram nessas estatísticas (SCHWARCZ, 1993, p. 251).

Além disso, os anos finais do século XIX foram conturbados para o Brasil, pois nesse período ocorreram dois dos mais importantes acontecimentos de sua história: a abolição da escravidão e a proclamação da república. O então “Novo Brasil” – uma república livre da escravidão – precisava inserir-se no contexto das nações “modernas e civilizadas” e é assim que as teorias raciais se tornam importantes para entender os planos das elites em relação ao país.

Assim, o que buscamos aqui é mostrar como o IHGB abordou todo esse panorama científico sobre a raça que se desenhava nesses idos finais dos Oitocentos e início do século XX, mostrando como tais teorias europeias foram absorvidas e reformuladas por aqueles que viviam imersos em um país inundado por povos considerados, com o crivo da ciência, inferiores, levando em conta que esses membros do IHGB, além de cientistas e intelectuais, eram homens ligados a todo o projeto de construção nacional que explicitamos.

Abaixo, traremos um guia no qual os principais artigos a respeito da questão racial estão elencados e comentados, divididos entre aqueles que tratam dos indígenas, dos negros e dos mestiços, servindo como apoio à pesquisa sobre o tema dentro deste periódico tão importante no Brasil dos Oitocentos, que é a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

### *O indígena na Revista do IHGB (1870 – 1902)*

Os indígenas causavam grande controvérsia nos debates científicos do século XIX. Ao mesmo tempo em que eram tidos como representantes de uma raça inferior, parca de civilização, eram também os primeiros habitantes do Brasil, os habitantes legítimos desta terra, e isso lhe proporcionava uma posição ímpar nesses debates.

Assim, havia posições distintas em relação a eles tanto dentro do IHGB, como em outras sociedades científicas pelo Brasil. Havia teóricos como Francisco Adolfo de Varnhagen que os viam como um entrave ao desenvolvimento da nação, e por isso deveriam ser exterminados. E o lado oposto, representado pelo movimento romântico indianista, do qual seus maiores expoentes foram os poetas Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, havia aqueles que viam o indígena como um elemento belo, natural do Brasil e dono legítimo dele, e que assim, deveria ser enaltecido e preservado.

Ao contrário do negro, que era na maioria das vezes observado sob uma óptica negativa, o índio não era visto somente como um elemento bárbaro e incapaz de se tornar civilizado, mas sim muitas vezes como um elemento redimível, bastando ações concretas da nação para alcançar tal ideal, ações essas representadas principalmente pela catequização (SCHWARCZ, 1993, p. 111-113).

Nas revistas publicadas entre os anos de 1870 e 1902, são vários os artigos dedicados ao indígena, ou no qual ele representa papel de destaque:

No artigo *Notícia Ethnologica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior antes do dilúvio universal*, de autoria do Dr. Carlos Rath, o tema principal é a importância dos depósitos de conchas (os naturais, como os sambaquis, e os artificiais como caleiras e ostreiras) para o estudo de povos do passado, já que eles guardam ossadas e utensílios dessas populações (RATH, 1871, p. 287).

Trata-se de um artigo interessante para se entender todo o pensamento científico característico do século XIX, pois parte de medições faciais – O *Mhethodo de Owen*<sup>35</sup> – para identificar os indígenas que se encontram representados nos depósitos de conchas. Ele afirma também que formações parecidas foram encontradas em diversas partes do mundo, e que os utensílios aqui encontrados são parecidos com os encontrados na Escandinávia, assim como foram também encontrados na África, Ásia e América do Norte. Através dessas evidências podemos notar que ele é adepto da teoria monogenista da origem dos homens, que partia da ideia de que todos os humanos possuíam uma ancestralidade comum (RATH, 1871, pp.189-290).

Em 1873 encontramos o artigo *Ensaio de Anthropologia – Região e Raças Selvagens* (MAGALHÃES, 1873), de autoria do Dr. José Vieira Couto Magalhães. Esse artigo é muito interessante por mostrar o interesse que o elemento indígena provocava na classe intelectual brasileira, além de ressaltar as técnicas científicas para corroborar suas teorias.

Segundo Magalhães, havia três tipos de índios: 1 – o índio escuro e grande, 2 – o índio mais claro, de estatura mediana, e 3 – o índio mais claro, de estatura pequena, típico da bacia do Amazonas. Magalhães afirmar que tal estrutura mais “delicada” desses indígenas do terceiro grupo dava-se devido a um cruzamento entre índios e brancos, ocorridos em tempos muito remotos, muito antes da chegada de Colombo. Esses índios mestiços, graças à raça branca, teriam herdado uma inteligência mais acentuada, no que se refere à capacidade de aprendizado, principalmente da leitura e da escrita (MAGALHÃES, 1873, pp.443-445), o que ressalta a questão típica do século XIX na qual a ciência defendia a existência de uma escala racial, na qual indígenas e negros estavam em um estágio inferior ao dos homens brancos.

Magalhães defende a mestiçagem, indo contra as teorias de Gobineau e Agassiz, que pregavam o mestiço como um elemento deteriorado, que perdia as melhores características de cada raça, tanto na parte física quanto na mental<sup>36</sup>:

---

<sup>35</sup> Richard Owen (1804-1892), foi um importante naturalista britânico de seu tempo, dedicando-se, entre outros assuntos, aos estudos de anatomia comparada e dos fósseis (FARIA, 2011. p. 3).

<sup>36</sup> Gobineau e Agassiz foram dois dos mais proeminentes nomes do chamado racismo científico do século XIX. Arthur de Gobineau foi um diplomata e escritor francês, autor de *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, publicado em 1855, no qual se mostra um ferrenho opositor da miscigenação entre as raças, o que fica bem claro, a notar pelas suas palavras tão pouco alentadoras: “Nem um só brasileiro tem sangue puro, porque os exemplos de casamentos entre brancos, índios e negros são tão disseminados que as nuanças de cor são infinitas, causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes

[...] o índio e o branco produziram uma raça mestiça, excelente pela sua energia, coragem, sobriedade, espírito de iniciativa, constância e resignação, é o mameluco. [...] Infelizmente, estas boas qualidades morais são compensadas por um defeito quase constante: o da imprevidência ou indiferença pelo futuro. O mameluco, como o índio, seu progenitor, não é capitalista, não poupa. Será falta de educação, porque, para esses pobres, a pátria tem sido madrasta (MAGALHÃES, 1873, p. 448).

Nesse trecho notamos duas características muito frequentes em textos da coleção de revistas do IHGB: a herança moral, que será tema de vários artigos, principalmente referindo-se aos primeiros colonos portugueses, que eram na verdade degredados, e o segundo é a explicação sócio-econômica para inferioridade do indígena, já que este sofre com a falta de apoio do governo, sendo essa a principal causa de sua situação de barbárie.

Magalhães extravasa o cruzamento biológico para infiltrar-se também nos aspectos culturais. Para ele, a mestiçagem não se deu somente na raça, mas também na cultura, e o exemplo que ele julga ser mais importante é a língua portuguesa falada no Pará, no Mato Grosso e em Goiás. Nesses lugares, segundo ele, o tupi influenciou a língua portuguesa de tal forma, que produziu uma língua mestiça, fruto da união das duas.

O autor ainda faz previsões a respeito da raça indígena, acreditando em que 1000 anos já não existirão mais vestígios destes no sangue do brasileiro, permanecendo sua herança apenas na língua. Magalhães afirma ser o índio um elemento muito importante para a obtenção de riquezas no Brasil, pois acredita ele ter o indígena elementos mais adaptados ao meio brasileiro, e por isso, aconselha que o Brasil o aproveite, através de cruzamentos, enquanto há indígenas e que absorva esses elementos essenciais (MAGALHÃES, 1873, p. 448-450).

O indígena, segundo ele, é o único capaz de penetrar os sertões inexplorados do interior do Brasil. Também ressalta outra qualidade do indígena: sua facilidade para lidar com atividades pastoris, em oposição ao seu baixo rendimento em atividades sedentárias. Segundo Magalhães, o Brasil podia tirar enormes vantagens econômicas

---

baixas como nas superiores”. Assim como Gobineau, Louis Agassiz demonstra uma forte repulsa à miscigenação que encontrou no Brasil em sua visita: “Que qualquer um que duvida dos males dessa mistura de raças, e se inclina, por mal entendida filantropia, a botar a baixo todas as barreiras que as separam – venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente do amálgama de raças, mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando, rapidamente, as melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental” (SKIDMORE, 1976, p. 47-48)

dos indígenas, e não estava tirando proveito disso. A antropologia do período acreditava que as raças só eram produtivas quando inseridas em um gênero de trabalho condizente com o período civilizatório em que se encontravam, período esse que não pode ser transposto, ou invertido, sem destruir-se a raça submetida a tal transformação.

A ciência deste período acreditava que a lida com rebanhos exigia do homem uma adaptação muito grande às condições climáticas do tempo e da natureza, uma rusticidade bem maior que a exigida em trabalhos como a agricultura e a indústria. Esse era o potencial da raça indígena, sua adaptação ao meio brasileiro, e devia ser aproveitada, além do mais, estaria o índio inserido em uma atividade apropriada ao seu estágio civilizatório, possibilitando além de tudo, sua preservação.

Magalhães, além de utilizar esse elemento econômico para defender o ideal de mestiçagem, utilizou-se também do elemento religioso: Deus organizou as leis da vida de maneira tão perfeita, que se esses cruzamentos são possíveis, é porque eles representam um melhoramento para a espécie. Se fossem ruins, os indivíduos seriam estéreis. Completa afirmando que a pobreza, a falta de educação e o clima são os responsáveis pelas diferenças entre as raças.

Apesar de defensor dos cruzamentos raciais, Magalhães dá mostras sutis de que um Brasil branco seria por ele almejado, pois diz que o país pode ficar tranquilo quanto ao seu futuro, já que os negros “já não são mais importados, e os indígenas, pela lei da seleção natural haverão de desaparecer” (MAGALHÃES, 1873, p. 454-456), mais uma vez corroborando o quão arraigado estava o racismo científico nos idos dos oitocentos.

No ano de 1880, encontramos uma revista que trazia um artigo bastante interessante, uma gramática da língua tupi escrita em língua inglesa, chamado *A grammar and vocabulary of the tupi language: Partly collected and partly translated from the works of Anchieta and Figueira noted brazilian missionarys* (LUCCOCK, 1880), de autoria de John Luccock. Um artigo bastante extenso e que mostrava que os índios eram admirados não só por cientistas brasileiros, mas também por estrangeiros.

Em 1881 encontramos outro artigo de John Luccock, intitulado *A grammar and vocabulary of the tupi language* (LUCCOCK, 1881), que dava prosseguimento ao artigo de 1880. No primeiro artigo, Luccock atém-se mais ao aspecto gramatical, já nesse segundo, traz um extenso dicionário inglês/tupi, mostrando traduções de inúmeras

palavras, concentrando-se principalmente nos elementos da natureza brasileira, como plantas e animais.

Esses dois artigos ressaltam a importância do elemento indígena dentro do IHGB, sendo este muito valorizado por alguns membros, pois, como já abordamos, representava o legítimo representante do Brasil, e por isso deveria ser respeitado e sua cultura preservada, e esses dicionários bilíngues vão de encontro a esses esforços de preservação.

Em 1882, encontramos em uma única revista dois artigos sobre a influência de vocábulos indígenas na língua portuguesa, são eles *Questões Propostas sobre alguns vocábulos da língua geral brasileira* (ALEMMÃO, 1882) de Francisco Freire Alemão, e *Vocábulos indígenas e outros introduzidos no uso vulgar* (RUBIN, 1882), de autoria de Braz Costa Rubin, os dois artigos muito se assemelham, e fazem um painel das várias palavras indígenas que compõem a “língua brasileira”, mostrando assim a mestiçagem também no âmbito cultural.

Em 1883, encontramos um texto, que na verdade se tratava de uma carta, que o Bispo de Olinda escreveu aos representantes do governo, escrita no início do século, direcionada ao então governo português. Intitulado *Informações sobre os índios barbaros dos sertões de Pernambuco: ofício do bispo de Olinda acompanhado de várias cartas* (OLINDA, 1883), esta carta mostra o apelo do Bispo ao governo para que tome providências – especificamente a guerra - em relação a uma onda de violência cometida por índios – índios esses descendentes da tribo do herói da luta contra os holandeses Filipe Camarão, frisa bem – no sertão de Pernambuco e do Ceará.

Apesar de pedir ao governo português, que leve tropas até esses índios para combatê-los, o Bispo admite não ser essa a melhor opção, acreditando ser a catequese a melhor forma de redimir essas tribos. Mais uma vez temos o argumento das dificuldades materiais vividas por tais elementos, o bispo acredita que se o governo implantar programas que façam uso das habilidades do índio nos trabalhos do sertão, esses se redimiriam e a violência cessaria.

Ao observar esses textos, notamos que nesse período o índio e o mestiço não representavam apenas raças inferiores, que deveriam ser eliminadas por serem um entrave no desenvolvimento da nação. O índio era considerado inferior, pois estava abaixo do branco na escala evolutiva das raças, no entanto, acreditava-se que ele muito

tinha a contribuir. Com exceção dos artigos de John Luccock, Francisco Freire Allemão, Braz Costa Rubin, e de outros, como veremos, que se dedicaram principalmente ao estudo linguístico, os outros artigos aqui apresentados apontam soluções para transformar o índio em um produtor de riquezas, pois eles acreditam que algumas de suas características únicas são de fundamental importância para o desenvolvimento do país (BARBATO, 2013 p. 12-15).

Mesmos os textos produzidos ainda no Brasil Colonial, como é o caso da carta do Bispo de Olinda tratada acima, ou mesmo no Brasil Imperial, mas em períodos anteriores de sua publicação (como é o caso dos artigos de Luccock, Allemão e Rubin, vale ressaltar), e publicados nas Revistas do IHGB, notamos que estes foram selecionados para mostrar o problema em questão, e marcar as ideias que os grupos que formavam o grêmio carioca defendiam, afinal, serviam para mostrar que há tempos o Brasil sofria com o problema, e que alguma solução deveria ser tomada pelo Governo Imperial, sendo através de tropas, ou sendo através de sua civilização (MOTA, 2006, p. 128), ou que então esses elementos eram parte integrante da cultura brasileira e mereciam valorização e cuidados.

Nesse sentido, nesses artigos apontamentos de cunho social ganham importância. O índio e o mestiço não são considerados atrasados apenas porque são de provenientes de uma raça tida como inferior, mas também porque sofrem com falta de recursos, falta de apoio do governo, falta de educação, e demais males, sendo esses os grandes responsáveis pelas mazelas e barbárie dessas populações.

No artigo *Populações indígenas e mestiças da Amazonia, sua linguagem, suas crenças e seus costumes* de José Veríssimo, de 1887, o autor traz um estudo acerca de populações indígenas da Amazônia, acreditando ser esses nativos mais desenvolvidos que os do restante do país, isso devido à sua língua, suas técnicas na preparação de conservas através do fogo, a arte da cerâmica e sua agricultura razoavelmente desenvolvidas (VERISSIMO, 1887, p. 302).

Nesse artigo, Veríssimo trata dos prejuízos que os indígenas sofreram com a chegada dos portugueses e de seus vícios, transformando uma população selvagem, mas com potencial para ser aperfeiçoada, em pessoas dissumuladas e viciadas. Termina seu artigo citando o pouco caso com que o governo trata essas populações, não lhes

oferencendo educação e outros apoios governamentais, sendo isso a causa do estado de prostração em que se encontravam (VERISSIMO, 1887, p. 310).

Em *Diário da Viagem Philosophica pela capitania de São José do Rio-Negro com a Informação do estudo presente*, relato de viagem do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, viajante português do século XVIII, há a descrição dos costumes de diversas tribos indígenas, trazendo informações sobre sua localização, e descrições de suas crenças, superstições, vestimentas, danças, armas, utensílios domésticos, entre outros (FERREIRA, 1888).

Esse tipo de artigo, que descreve os costumes de diversas tribos indígenas é muito comum nas revistas do IHGB entre os anos de 1887 e 1902. Encontramos nesse rol a *Memoria sobre os trabalhos de observação e exploração efectuada pela segunda secção da Comissão militar encarregada da linha telegraphica de Uberaba à Cuiabá de fevereiro a junho de 1889* (QUADROS, 1892), de Francisco Raimundo Ewerton Quadros, que traz uma descrição de três grupos indígenas que os pesquisadores encontraram no interior de São Paulo, sendo eles os Caiuá, os Coroado e os Xavante.

No artigo há densas descrições sobre os costumes das tribos, e a constatação do autor que quanto mais clara a cor da pele, maior o grau de civilização. Por isso os Coroado que são mais claros – “encontram-se nas matas alguns quase brancos” -, são tidos com maior apreço pelo autor, seguidos pelos Caiuá, que são mais escuros que o Coroado, mas que são mais claros que os Xavante, sendo esses os menos civilizados (QUADROS, 1892, p. 250-252). Notamos que segue a comparação com a raça branca, sendo essa sempre o modelo de civilização.

Nessa mesma publicação encontramos ainda dois artigos que trazem a história do naufrago alemão Hans Staden, traduzidos por Tristão de Alencar Araripe. No primeiro artigo, intitulado *Relação Verdica e sucinta dos uzos e costumes dos tupinambás por Hans Staden. Traduzida da linguagem vernácula*, trata-se da aliança existente entre os portugueses, com uma nação indígena denominada Tupinambá (ARARIPE, 1982a).

Já no segundo artigo, chamado de *Relação Verdica e sucinta dos uzos e costumes dos tupinambás entre os quaes estive prizioneiro e cujo paiz está situado a 24 grãos da linha equinocial, perto de um rio denominado Rio de Janeiro* (ARARIPE, 1982b), também uma tradução do texto de Hans Staden, a uma densa descrição do

Brasil - sua fauna, flora, condições geográficas... – e dos hábitos Tupinambá, como suas danças, armas, tradições, além de outras.

Em *Principio e origem dos indios do Brazil e seos costumes, adoração e cerimônias* (SEM AUTOR, 1894), de autor não revelado, e que é uma cópia do Códice CXVI da Biblioteca Pública Eborense, há também uma longa descrição dos seus hábitos: como casamentos, alimentação, modo de dormir, suas habitações, ornamentos, danças e cantos, antropofagia, além de muitos outros.

No entanto, esse artigo é interessante por tratar o indígena de maneira geral, sem especificar de qual tribo estava se referindo, como se todos os índios fossem iguais nos seus costumes. Só no final do artigo explica e expõe que há uma enorme diversidade de povos e línguas indígenas no Brasil, e que a língua mais difundida entre esses povo é o tupi.

Além desses artigos que descrevem os hábitos indígenas, encontramos também uma grande quantidade de dicionários e gramáticas acerca das línguas indígenas, mostrando que os pensadores brasileiros davam grande importância ao estudo dessas populações nativas.

Podemos encontrar o *Vocabulário Puri* (TORREZÃO, 1889), de Alberto de Noronha Torrezão, que se trata de um artigo que trás diversas palavras em português traduzidas para a língua puri, não é um dicionário extenso.

Outro exemplo desses dicionários é o *Dicionario Abreviado tupinambá-portuguez (Apendice á Poramduba Maranhense)*, de autor não revelado. Esse trata-se de um extenso dicionário português-tupinambá.

Vale ressaltar ainda que no já citado *Memoria sobre os trabalhos de observação e exploração efectuada pela segunda secção da Commisão militar encarregada da linha telegraphica de Uberaba à Cuiabá, de fevereiro a junho de 1889*, de Francisco Raimundo Ewerthon Quadros, no final do artigo, o autor trás um pequeno dicionário comparado das línguas portuguesa, tupi, coroadá, xavante e caiuí (QUADROS, 1892, p. 256-259).

Em *Vocabularios indigenas* (SOCRATES, 1892) de Eduardo Arthur Socrates, há um pequeno dicionário português-carajá, português-xerente e português-carapó. Temos ainda os artigos *Aucuhy* (ALMEIDA, 1893a), e *Sambaqui* (ALMEIDA, 1893b), ambos

de João Mendes de Almeida, que tem a função de explicar a origem indígena dessas palavras.

Temos ainda o artigo *Particulas dela lingua guarani* (LECTOS, 1895), de Anice Lectos, que se trata de um extenso – mais de 100 páginas – guia da língua guarani escrito em castelhano.

Em relação a essa questão linguística, temos ainda a *Carta do Dr. Carlos F. De Martius contendo observações sobre Botânica, vocabulos tupis e origem das tribos americanas* (MARTIUS, 1895). Nesse artigo, Martius levanta a hipótese de um possível parentesco entre os índios americanos e os egípcios, pintados como vermelhos, sendo aqueles frutos de egípcios que chegaram em tempos muito remotos à América.

Segundo Martius, prova dessa possível ligação entre os americanos e os habitantes do Velho Mundo, são os vegetais comuns que alimentam pessoas em diversas partes do globo (MARTIUS, 1895, p. 61-62).

Martius, através de seus estudos linguísticos, chegou à conclusão que existem semelhanças entre as línguas americanas e as línguas de povos “semi-civilizados da Ásia”, além disso, acredita haver resquícios da língua tupi na língua asteca, mostrando assim que o povo americano é bastante misturado entre si (MARTIUS, 1895, p. 63-64).

Martius também propoe que a Língua Geral, antes falada em todo o império, inclusive por muitos brancos, seja fomentada e estendida a todo o território nacional onde viva o elemento indígena, fazendo assim com que desapareçam as desavenças entre eles.

Além disso, Martius acredita que com a língua comum, será mais fácil trazer os índios à cultura e à civilização, e assim torná-los úteis membros da população, substituindo assim os braços negros no trabalho (MARTIUS, 1895, p. 67).

Há ainda um artigo muito interessante, intitulado *O Selvagem perante o direito* (PITANGA, 1901), de A. F. de Souza Pitanga, que trás uma verdadeira defesa dos povos indígenas perante a sociedade de seu tempo. O autor começa citando a redução drástica que a população indígena vem sofrendo nos últimos tempos, sendo possível a extinção da raça “genuinamente brasileira”.

Fala das matanças que são promovidas em nome da civilização, usando a inferioridade racial como pretexto para escravizar e apropriar-se das riquezas dessas pessoas. Pitanga atesta que essas populações não são inferiores, pois diz ter habitado por

vários anos na mesma ilha que índios Tupiniquim, e notou que depois de civilizados eles têm plena capacidade de participar da “comunhão brasileira” (PITANGA, 1901, p. 24).

Pitanga traz um histórico das leis feitas no Brasil a respeito da questão indígena, e afirma que os índios vivem em uma condição anômala da comunhão social, vivendo em um “estado de natureza”, e por isso, não podem ser submetidos às mesmas leis que as pessoas que vivem dentro de uma sociedade legalmente organizada, devendo esses terem leis especiais.

Esses artigos demonstram que o índio gozava de um papel de destaque no pensamento brasileiro do período, buscava-se estudar suas línguas e costumes, mostrar que, apesar de inferiores racialmente aos brancos, esses ainda tinham certo potencial civilizatório e que poderiam ser úteis ao desenvolvimento da nação. Afinal, os indígenas eram considerados os representantes legítimos do Brasil, e por isso, gozavam de certo prestígio, apesar de serem normalmente vistos sob uma ótica pautada pela inferioridade.

### *O negro na Revista do IHGB (1870 – 1886)*

Ao contrário dos indígenas, que, apesar de serem difamados e atacados dentro do IHGB, também gozavam de prestígio junto a uma parcela de seus membros, como relatamos, o negro vivia uma situação bem menos alentadora. Considerados inferiores e incapazes de civilização, sua situação dentro das publicações reflete a sua própria condição dentro da *intelligentsia* da época. Enquanto os indígenas eram estudados, comentados e debatidos, o negro pouco aparecia nas publicações do grêmio, parecendo ser um mero coadjuvante dentro desse país que se formava e que buscava o progresso.

Alberto Luiz Schneider, em seu livro *Silvio Romero, Hermeneuta do Brasil*, também toma nota disso. Segundo ele, os negros só foram levados ao debate político-intelectual após a década de 1870, pois foi quando as ideias de tornar o Brasil um país moderno e civilizado atingiram de maneira mais forte os pensadores brasileiros. Schneider acredita que mesmo mais inserido dentro do debate intelectual, não era o negro em si que chamava atenção, mas sim a escravidão, sendo este uma consequência negativa desta. Desta forma, alheio às questões sociais, mesmo depois da década de

1870, notamos que o negro em si despertava pouco interesse entre os intelectuais e cientistas da época, o que reflete nas poucas publicações a respeito dele que encontramos no IHGB.

Os abolicionistas estavam mais preocupados em dar um fim a uma instituição tão obsoleta e incompatível com a vida moderna, como era a escravidão, do que propriamente com a situação do negro. Este era um fruto negativo, de uma instituição negativa que o Brasil insistia em manter (SCHNEIDER, 2005, p. 88-96).

O negro não gozava de nenhum apreço especial pelos teóricos da raça, ao contrário do indígena, que apesar de considerado inferior era o habitante original da terra, estes foram trazidos para cá pelo tráfico negreiro e eram tidos como irredimíveis no que se dizia ao seu potencial civilizatório (SCHWARCZ, 1993, p. 11-113).

No artigo *Chronographia histórica da província de Goyaz*, de autoria de Raymundo José da Cunha Mattos, publicado em 1874, o autor mostra a situação do negro nessa província. Segundo ele, Goyaz foi fundada por mineiros e paulistas que se aventuraram pelo sertão em busca de ouro, e muito enriqueceram e ganharam poderes locais (MATTOS, 1874, p. 213).

Apesar de a miscigenação entre esses poderosos brancos locais não ser bem quista por eles, era muito comum, gerando assim uma grande população de mestiços na província. Segundo o autor, esses mestiços, apesar de dignos, trabalhadores – eram hábeis em atividades como agricultura, comércio e mineração, segundo Mattos –, merecedores de honrosa memória, sofriam com a falta de recursos destinados a eles, tornando-se assim uma população pobre e ignorante, apesar de honrada (MATTOS, 1874, p. 300-301).

Em 1878 é publicado um artigo chamado *Memória Histórica da administração provincial do Maranhão, pelo bacharel Franklin Americo de Menezes Doria*, de autoria do Dr. Cesar Augusto Marques. Em determinado momento no artigo, o autor começa a discorrer sobre a presença de quilombos no Maranhão.

Ele relata que esses quilombos mantinham relações pacíficas com as comunidades locais, existindo até mesmo relações comerciais entre ambas. No entanto, a partir do momento em que o governo da província envia tropas para dismantelar alguns quilombos, muitos negros remanescentes começam a praticar vários crimes na região – menos o homicídio, como frisa bem – levando o medo à população.

O governo provincial então desloca tropas mais uma vez numerosas para acabar com os quilombos remanescentes, destruindo após rigorosa resistência o quilombo São Benedito do Céu. O autor descreve a organização deste quilombo: muito bem protegido pela sua posição na mata, pelos vigias, cautelas e espécies de fortificações, e também por suas roças, variadas e muito abundantes.

Marques afirma que os quilombos só prosperaram graças à ineficiência das forças de segurança de todo o Brasil, que permitiam que negros fugidos e malfeitores encontrassem abrigos neles, aumentando assim sua população. Marques descreve também as diferenças existentes entre o tratamento entre hostilidades cometidas por índios, e por negros quilombolas. Com os primeiros, o governo prefere usar da diplomacia – principalmente a catequese -, com os segundos, prefere usar da violência, e segundo o autor, é a diplomacia que gera resultados mais satisfatórios (MARQUES, 1878, pp.14-22).

Esses textos ressaltam como o negro era inferiorizado no Brasil, mas também mostram que também havia a ideia de que a pobreza e a falta de apoio governamental ajudavam essa raça a ficar na situação degradante em que se encontrava, tal qual ocorria no caso dos indígenas. Mas o que mais mostra o total desprezo que o pensamento brasileiro tinha pelo elemento negro se dá justamente na falta de artigos dedicados a ele. O homem negro fora praticamente esquecido dos debates acerca da população brasileira, surgindo de maneira muito pontual e esparsa, se tomamos como exemplo os artigos publicados nas revistas do IHGB. No entanto, em 1888 foi assinada a Lei Áurea pela Princesa Isabel, e isso rendeu artigos, mesmo que indiretamente, a eles relacionados.

No ano de 1888 foi publicado um artigo especial, de autoria de Franklin Távora, intitulado *A extinção da escravidão no Brazil: Jubileu do Instituto Histórico* que expunha a lei na íntegra e depois tecia um grande elogio a ela e às conseqüências que ela acarretaria ao Brasil. Segundo Távora:

[...] agora o gênio da história nacional está completo, com a parte de liberdade que lhe faltava para ser digno de uma nação que rende culto nas asas da civilização [...] O historiador terá d'ora em diante homens para submeter a análise físico-psicológica, terá um povo verdadeiramente livre para estudar e julgar nos seus sentimentos e na sua evolução” (TÁVORA, 1888, p. XVII - XVIII).

O texto ainda mostra o telegrama que o IHGB enviou ao Imperador Dom Pedro II, contendo a seguinte frase: “Está extinta a escravidão no Brazil. Parabéns.” Agora, segundo Távora, estava vencido o empecilho que obstruía o caminho pelo qual deveria a pátria chegar aos mais altos destinos (TÁVORA, 1888, p. XIX-XXI).

Há também um artigo intitulado *Medalha comemorativa da Lei de 13 de maio de 1888*, que trás uma lista de todos os agraciados com a medalha comemorativa que o IHGB mandou cunhar para celebrar o fim da escravidão. Entre os agraciados estão a Princesa Isabel, o Imperador Dom Pedro II e o Conde D’Eu (SEM AUTOR, 1888).

Há um documento publicado intitulado *Opinião de um frade capuxinho sobre a escravidão no Brazil em 1794*, de D. Fernando Jozé de Portugal, que mostra o desacordo e a desaprovação em relação à opinião do frei capuxinho Jozé de Bolonha, missionário italiano a respeito da escravidão. Acreditando o arcebispo que caso essas ideias se propagassem e os habitantes da colônia as abraçassem, consequências funestas à conservação e subsistência do Brasil poderiam aparecer (PORTUGAL, 1897, p. 155).

As opiniões desse frade não agradavam o arcebispo porque indagavam a legitimidade da escravidão, e afirmavam ser esta contrária à religião. O frade também dizia que havia casos em que a escravidão era legítima, e outros em que era ilegítima, isso se dava se os escravos foram conquistados em guerras justas ou injustas.

O arcebispo argumentava que era deveras trabalhoso buscar a procedência de cada peça comercializada, e que a atividade é de todo legítima, por ter o consentimento do príncipe. O arcebispo, para conter o avanço dessas ideias, colocou o frei em um navio e o enviou para local desconhecido (PORTUGAL, 1897, p. 157).

Há ainda a publicação de um documento que se encontrava no Arquivo Público da Bahia intitulado *Libertação de escravos por ocasião da Guerra de Independência nacional* de Jozé Joaquim Carneiro de Campos. Nesse documento, datado de 30 de julho de 1823, o autor ressalta o valor dos escravos dos senhores baianos, que lutaram com bravura contra os exércitos lusitanos, mas que no entanto, após ajudarem a conquistar a liberdade para o Brasil não poderão desfrutá-la, pois continuam sendo cativos (CAMPOS, 1897, p. 159).

O autor pede ao Imperador, através da Secretaria de Estado dos negócios do Império, que o Governo Provisório da província convoque esses senhores de escravos

para que lhes ofereça um “preço razoável” pela liberdade daqueles escravos, afim de que forros e livres, possam continuar servindo nos corpos militares.

O autor espera que os senhores desses escravos consintam com esse propósito, já que foram testemunhas de seus feitos, e que os mais dignos desses senhores, concedam-lhes a alforria gratuita (CAMPOS, 1897, p. 159-160).

Fora esses artigos que trazem o negro em um papel central, os demais pouco os citam, mostrando assim que este não era muito presente nos debates acerca da questão racial no Brasil, e também evidenciam o pouco apreço que os pensadores brasileiros tinham sobre ele.

As passagens nas quais os negros aparecem normalmente referem-se à sua inferioridade perante o elemento branco, como é o caso do artigo *Populações indígenas e mestiças da Amazonia, sua linguagem, suas crenças e seus costumes* de Jozé Veríssimo, no qual traz um quadro de uma melhoria física e moral do negro no momento em que este sai da África e toma contato com o branco (VERISSIMO, 1897, p. 297-300).

Desta maneira, podemos concluir que o negro não ocupava um lugar de destaque dentro do pensamento social brasileiro do período, sendo pouco trabalhado pelos intelectuais da época, e visto sob um prisma de inferioridade se comparado ao homem branco e mesmo ao indígena, apesar de os artigos do IHGB mostrar que nem todos os viam como meros inferiores por sua raça e inúteis ao progresso, aparecendo também à questão social, juntamente com a racial, como viés explicativo para as mazelas que assolavam essas populações.

### *A Mestiçagem na Revista do IHGB (1887 – 1902)*

Notamos que a mestiçagem é um tema que no final do século XIX e início do século XX suscitava um grande debate: havia os que ela apoiava observando-a sob uma óptica positiva, e os que nela não viam bons resultados, acreditando o mestiço ser um fruto degenerado, que perdia as qualidades das raças puras que lhes deu origem.

Luiz Costa Lima, em seu livro *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*, traz um importante estudo sobre o pensamento de Euclides da Cunha, um dos mais ilustres pensadores desse período. Nesse livro Lima mostra que Euclides da Cunha acreditava

que a mestiçagem afeta a estabilidade de cada raça e afeta suas propensões. Quanto mais extensos e prolongados os cruzamentos, mais distantes da estabilidade das raças puras esses mestiços estarão (LIMA, 1997, p. 97).

Segundo Lima, Euclides da Cunha era um leitor da antropologia biológica e do evolucionismo, e via, “na neutralidade de sua mente científica”, que o sertanejo, exemplo de “raça fraca”, estava fadado a ser esmagado e extinto pelas “raças fortes”, que vinham em fluxos migratórios da Europa. Essa característica de seu pensamento remete à teoria do sociólogo polonês Ludwig Gumplowicz, que trata da “inexorabilidade com que a História selaria o tempo de vida das sub-raças francas, degeneradas” (LIMA, 1997, p. 24-27).

Notamos nesse exemplo de pensamento, uma postura bastante negativa da mestiçagem, remetendo às visões de Louis Agassiz e de Arthur Gobineau, que viam na mestiçagem um fator extremamente negativo para o desenvolvimento da nação, como vimos anteriormente (SCHWARCZ, 1993, p. 13). No entanto, essa postura negativa da mestiçagem não é comum nas revistas do IHGB pesquisadas, prevalecendo uma visão mais positiva sobre essa questão tão presente nos debates da época.

No artigo *Populações indígenas e eísticas da Amazonia, sua linguagem, suas crenças e seus costumes* de Jozé Veríssimo, o autor começa o artigo dizendo:

A América é o vastíssimo cadinho em que se fundem hoje as diversas raças e gentes do globo. Por ventura, sua missão histórica é dar, servindo de campo para o cruzamento de todas elas, unidade étnica à humanidade, e, portanto, nova face às sociedades que hão de viver no futuro (VERISSIMO, 1897, p. 295).

Veríssimo não acreditava no princípio antropológico das raças puras, e acreditava que o Brasil, mais que qualquer outro lugar do mundo, era o local ideal para se corroborar isso. Acreditava Veríssimo muito no Brasil, pois, dizia ele, seria no Novo Mundo que surgiria uma sociedade mesclada, livre dos velhos preconceitos das sociedades tradicionais da Europa, das antiquíssimas civilizações da Ásia, e da barbárie secular da África (VERISSIMO, 1897, p. 296).

Veríssimo enaltece a característica do português, que ao contrário do inglês, não se repugnou em enlaçar-se com o elemento selvagem nativo do país. Com esse contato, o elemento branco levou a civilização ao elemento indígena, que mesmo como pária, absorveu-a e assim modificou-se, tanto moral como fisicamente.

O mesmo se deu em relação ao negro, quando em contato com o branco: seus traços tornam-se menos deprimidos, os lábios diminuem, a cor da pele se aclara, o cabelo amacia... Ou seja, tornam-se mais próximos dos brancos e por consequência, da civilização (VERISSIMO, 1897, p. 297-300).

Veríssimo não nega a “prostração” na qual se encontravam os mestiços em sua época, que para os quais, segundo ele “não existe o dia de amanhã”, ou seja, são incapazes de fazer planos para o futuro. No entanto, para Veríssimo, ao contrário de Agassiz, que acreditava tal “prostração” nos mestiços ser consequência dos cruzamentos raciais, essa condição fora criada pelos colonizadores, que deixaram marcas psicológicas profundas nessas populações.

Veríssimo acreditava na “Hereditariedade Psicológica”, segundo a qual os grandes sofrimentos são transmitidos de pais para filho, influenciando o caráter das gerações seguintes. E acreditava, portanto, que vivia ainda nesses mestiços as angústias de seus pais, que passaram por terríveis sofrimentos pelas ações dos portugueses, e essas angústias, que antes se manifestavam sob a forma da dor, em seus filhos se manifestava sob a forma de tristeza e na indiferença.

Veríssimo então refuta a idéia negativa da mestiçagem de Agassiz, e diz que apesar de admirá-lo como pensador, seu pensamento é bastante simplista em relação a esse assunto, pois não leva em conta as condições em que aconteceram tais cruzamentos, e também os demais fatores que influenciam a vida dessas populações.

Para Veríssimo, são justamente esses fatores, como falta de educação, clima enervante, natureza muito poderosa frente ao homem e falta de apoio do governo que são responsáveis pela condição deprimente em que se encontravam os mestiços no Brasil e não a mestiçagem a que esses foram submetidos (VERISSIMO, 1897, p. 309-310).

Nesse artigo, notamos que apesar de defender a mestiçagem, essa deve ser guiada pelo elemento branco, pois é este que traz o “progresso e a civilização”. No artigo *Memoria sobre os trabalhos de observação e exploração efectuada pela segunda secção da comissão militar encarregada da linha telegraphica de Uberaba a Cuiabá, de fevereiro a junho de 1889* do tenente-coronel Francisco Raimundo Ewerton Quadros, há a descrição da fauna, flora, condições climáticas, das tribos indígenas e das

populações por onde essa expedição passava, no caso desse artigo, pelo “sertão” do estado de São Paulo (QUADROS, 1892, p. 233).

O autor cita o paulista, um elemento mestiço, como sendo um tipo rústico e simples, empreendedor, amante da liberdade e do progresso, ao observá-lo em meio aos centros urbanos da província. Portanto, mostra que o mestiço se trata de um elemento “civilizável”, bastando apenas que esse tenha as condições para tal.

Também cita a importância do elemento branco italiano para o desenvolvimento da região, afirmando que estes trouxeram o progresso e o adiantamento industrial nos povoados em que chegaram, mostrando assim a admiração pelos europeus e sua contribuição para o desenvolvimento da nação (QUADROS, 1892, p. 249).

No artigo *Movimento Colonial da América* de Tristão de Alencar Araripe, notamos também uma imagem positiva da mestiçagem, mas que essa deve ser claramente norteadada pela raça branca, que julga o autor ser a mais inteligente e poderosa.

Araripe acredita que a humanidade tem por destino a unificação das raças, tendendo essa transformação para um tipo mais aperfeiçoado. “As cores e os caracteres se fundirão, e um ente mais poderoso nas faculdades intelectuais e mais robusto no vigor físico surgirá no decurso dos séculos como produto de uma evolução tardia, mais infalível” (ARARIPE, 1893, p. 95).

Araripe acredita ainda que todos os homens, de todas as raças, não se diferenciam no sentimento moral, pois estão “sujeitos às mesmas leis do Supremo Criador, que lhes marcou iguais direitos e deveres de uns para com outros indivíduos” (ARARIPE, 1893, p. 95). Segundo ele, a unidade humana que preconiza a Bíblia é justamente a unidade moral.

No entanto, apesar de pregar a mestiçagem como algo positivo, e também de pregar a igualdade moral dos homens, Araripe não nega a superioridade da raça caucasiana, afirmando que ela é a mais inteligente e, portanto, a dominadora, cabendo a ela irradiar a civilização para todo o mundo (ARARIPE, 1893, p. 96).

É interessante notar que aqui ele usa um modelo das ciências naturais, afirmando que as raças humanas são como moléculas de gás comprimidas, que quando soltas tendem a preencher todos os lugares do recipiente. Nesse caso, a “molécula” da raça branca deve se expandir pelo globo, e se misturar com as demais “moléculas”, mas

como se trata da mais poderosa, é ela quem deve prevalecer nessa mistura. Esse exemplo mostra como as ciências naturais estavam em voga no período, e como elas influenciaram a produção historiográfica do período (ARARIPE, 1893, p. 94-96).

Araripe deixa claro que a mestiçagem é positiva quando aproxima os elementos da raça branca, e os distancia das raças vermelha e negra, melhorando assim “sua cor e aptidão”. Termina o artigo afirmando que “as raças inferiores, isto é, a vermelha da América e a preta da África diminuam, e são substituídas por um tipo mesclado” (ARARIPE, 1893, p. 98). Assim percebemos que Araripe acha que a mestiçagem é positiva, pois aproxima as populações “inferiores” da população superior, ou seja, branca, facilitando assim o progresso global.

Através desses artigos, notamos que no IHGB havia uma visão positiva sobre a mestiçagem, que o elemento mestiço era considerado passível de civilização, desde que contasse com condições favoráveis, como apoio governamental e educação em suas vidas, contrariando certas posições da época, como as evidenciadas anteriormente, de Gobineau e Agassiz. Também notamos uma simpatia pela mestiçagem por ser ela capaz de aproximar os elementos tidos inferiores e fracos, dos tidos como superiores, ou seja, aproximar os negros e índios dos brancos, e assim dar condições mais seguras ao desenvolvimento do Brasil.

### *Referências bibliográficas*

BARBATO, Luis Fernando Tosta. *Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889)*. Campinas, SP: [s.n.], 2011.

\_\_\_\_\_. “O indígena nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: entre o problema e a solução (1839-1845)”. In: *Revista Espacialidades*. v. 6, n. 5, 2013.

FARIA, Frederico Felipe de Almeida. “Darwin e as Estradas Paralelas de Glen Roy: Geologia, Biogeografia, Seleção Natural”. In: *Encontro de História e Filosofia da Biologia*, São Paulo: ABFHIB, 2011.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 388, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". In: *Estudos históricos*, nº 1, 1988.

LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1997.

MOTA, Lucio Tadeu. "A revista do instituto histórico geográfico Brasileiro (IHGB) e as populações indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889)". In: *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, vol. 10, núm. 1, 2006.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Sílvio Romero, Hermeneuta do Brasil*. São Paulo. Editora Annablume, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

### *Artigos das Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

ALEMMÃO, Francisco Freire. "Questões Propostas sobre alguns vocábulos da língua geral brasileira". In: *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., 1882.

ALMEIDA, João Mendes. "Aucuhy". In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LVI. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1893a.

ALMEIDA, João Mendes. "Sambaqui". In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LVI. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1893b.

ARARIPE, Tristão de Alencar. "Movimento Colonial da América". In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LVI. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1893.

\_\_\_\_\_. "Relação Veridica e sucinta dos uzos e costumes dos tupinambás entre os quaes estive prizioneiro e cujo paiz está situado a 24 grãos da linha equinocial, perto de um rio

denominado Rio de Janeiro”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LV. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1892b.

\_\_\_\_\_. “Relação Verídica e sucinta dos uzos e costumes dos tupinambás por Hans Staden. Traduzida da linguagem vernácula”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LV. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1892a.

CAMPOS, Jozé Joaquim Carneiro de. “Libertação de escravos por ocasião da Guerra de Independência nacional”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XL. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E.&H.Laemmert, 1887.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. “Diário da Viagem Philosophica pela capitania de São José do Rio-Negro com a Informação do estudo presente”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LI. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1888.

LECTOS, Anice. “Particulas dela lengua guarani”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LVIII. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1895.

LUCCOCK, John. “A grammar and vocabulary of the tupi language: Partly collected and partly translated from the works of Anchieta and Figueira noted brazilian missionarys”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLIII. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E.&H.Laemmert, 1880.

\_\_\_\_\_. “A grammar and vocabulary of the tupi language”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLIV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., 1881.

MAGALHÃES, José Vieira Couto. “Ensaio de Anthropologia – Região e Raças Selvagens”. In: *Revista do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXVI. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1873.

MARQUES, Cesar Augusto. “Memória Histórica da administração provincial do Maranhão, pelo bacharel Franklin Americo de Menezes Doria”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLI. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E.&H.Laemmert, 1878.

MARTIUS, Carlos Frederico Ph. de. “Carta do Dr. Carlos F. De Martius contendo observações sobre Botânica, vocabulos tupis e origem das tribos americanas”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LVIII. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1895.

\_\_\_\_\_. “Como se deve escrever a história do Brasil” In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo VI, 1865 (1844).

MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Chorographia Historica da Provincia de Goyaz”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXVII. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1874.

OLINDA, Bispo de. “Informações sobre os índios barbaros dos certões de Pernambuco: officio do bispo de Olinda acompanhado de várias cartas”. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XLVI. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., 1883.

PITANGA, A. F. de Souza. “O Selvagem perante o direito”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LXII. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1901.

PORTUGAL, Fernando Jozé de. “Opinião de um frade capuxinho sobre a escravidão no Brazil em 1794”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XL. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E.&H.Laemmert, 1887.

QUADROS, Francisco Raimundo Ewerton. “Memoria sobre os trabalhos de observação e exploração efectuada pela segunda secção da Commisção militar encarregada da linha telegraphica de Uberaba à Cuiabá de fevereiro a junho de 1889”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LV. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1892.

RATH, Carlos. “Noticia Ethnologica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior antes do dilúvio universal”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXIV. Rio de Janeiro: B.L.Garnier Livreiro-editor, 1871.

RUBIN, Braz Costa. “Vocábulos indígenas e outros introduzidos no uso vulgar”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., 1882.

SEM AUTOR. “Dicionario Abreviado tupinambá-portuguez (Apendice á Poramduba Maranhense)”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LIV. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1891.

SEM AUTOR. “Medalha commemorativa da Lei de 13 de maio de 1888”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLI. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E.&H.Laemmert, 1888.

SEM AUTOR. “Principio e origem dos indios do Brazil e seos costumes, adoração e cerimônias”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LVII. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1894.

SOCRATES, Eduardo Arthur. “Vocabularios indígenas”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LV. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1892.

TAVORA, Franklin. “A extinção da escravidão no Brazil: Jubileu do Instituto Histórico”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLI. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E.&H.Laemmert, 1888.

TOREEZÃO, Alberto de Noronha. “Vocabulário Puri”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LII. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1889.

VERISSIMO, José. “As populações indígenas e mestiças da Amazonia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes”. In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo L. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1987.